



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)

Nº 09/2009

Dispõe sobre a Prestação de Contas da UFT – Exercício 2008.

O Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária no dia 30 de março de 2009, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas da UFT – Exercício 2008.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 30 de março de 2009

Prof. Alan Barbiero
Presidente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Relatório de Gestão 2008

Palmas

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2008

Administração Superior da UFT

Alan Barbiero
Reitor

José Expedito cavalcante
Vice-Reitor

Isabel Cristina Auler Pereira
Pró-Reitora de Graduação

Márcio Antônio da Silveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Marluce Zacariotti
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Ana Lúcia Medeiros
Pró-Reitora de Administração e Finanças

Rafael José de Oliveira
Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Pedro Albeirice da Rocha
Pró-Reitor de assuntos Estudantis

Zezuca Pereira da Silva
Chefe de Gabinete

FICHA TÉCNICA

Elaboração e Coordenação:

- Prof. Ana Lúcia de Medeiros – Pró-Reitora de Administração e Finanças
- Jaasiel Nascimento Lima – Diretor Financeiro.
- Rony Barbosa de Aquino – Coordenador do Núcleo de Controle Orçamentário.
- Carlos Wiennery da Rocha Moraes – Secretário Executivo.
- Prof. Rafael José de Oliveira – Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento
- Prof Fernán Vergara – Diretor de Planejamento
- Idelma de Melo Rodrigues Abreu – Coordenação de Planejamento e Orçamento
- Radi Melo Martins – Coordenação de Estatística e Informação
- Ana Carolina Falcão Braga - Coordenação de Estatística e Informação

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
1. IDENTIFICAÇÃO	9
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	10
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas ...	10
2.2. Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas	17
3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	21
3.1. Programas.....	21
3.1.1. Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	22
3.1.1.1. Dados gerais	22
3.1.1.2. Principais ações do programa	23
3.1.1.3. Gestão das ações.....	23
3.1.1.3.1. Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	23
3.1.1.3.1.1 – Dados gerais.....	23
3.1.1.3.1.2. – Resultados.....	24
3.1.2. Programa 0750: Apoio Administrativo.....	24
3.1.2.1. Dados gerais	24
3.1.2.2. Principais ações do programa.....	24
3.1.2.3. Gestão das ações.....	25
3.1.2.3.1. Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	25
3.1.2.3.1.1. Dados gerais.....	25
3.1.2.3.1.2. Resultados.....	26
3.1.2.3.2. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	26
3.1.2.3.2.1. Dados gerais.....	26
3.1.2.3.2.2. Resultados.....	27
3.1.2.3.3. Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	27
3.1.2.3.3.1. Dados gerais.....	27
3.1.2.3.3.2. Resultados.....	28
3.1.2.3.4. Ação 2012 - Auxílio-alimentação aos servidores e Empregados.....	28
3.1.2.3.4.1. Dados gerais.....	28
3.1.2.3.4.2. Resultados.....	29
3.1.3. Programa 1067: Gestão da Política de Educação	29
3.1.3.1. Dados gerais	29
3.1.3.2. Principais ações do programa.....	29
3.1.3.3. Gestão das ações.....	30
3.1.3.3.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	30
3.1.3.3.1.1. Dados gerais.....	30
3.1.3.3.1.2. Resultados.....	30
3.1.4. PROGRAMA 1073: Brasil Universitário	32
3.1.4.1. Dados gerais	32
3.1.4.2. Principais ações do programa.....	33
3.1.4.3. Gestão das ações.....	34
3.1.4.3.1. Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.....	34
3.1.4.3.1.1. Dados gerais.....	34

3.1.4.3.1.2. Resultados.....	34
3.1.4.3.2. Ação 4008 – Acervo bibliográfico.....	40
3.1.4.3.2.1. Dados gerais.....	40
3.1.4.3.2.2. Resultados.....	41
3.1.4.3.3. Ação 6373 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior.....	42
3.1.4.3.3.1. Dados gerais.....	42
3.1.4.3.3.2. Resultados.....	44
3.1.4.3.4. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	44
3.1.4.3.4.1. Dados gerais.....	44
3.1.4.3.4.2. Resultados.....	44
3.1.4.3.5. Ação 10ZM – Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína.....	45
3.1.4.3.5.1. Dados gerais.....	45
3.1.4.3.5.2. Resultados.....	45
3.1.4.3.6. Ação 10ZN – Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi.....	46
3.1.4.3.6.1. Dados gerais.....	46
3.1.4.3.6.2. Resultados.....	47
3.1.4.3.7. Ação 10ZO – Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas.....	47
3.1.4.3.7.1. Dados gerais.....	47
3.1.4.3.7.2. Resultados.....	48
3.1.4.3.8. Ação 10ZP – Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional.....	49
3.1.4.3.8.1. Dados gerais.....	49
3.1.4.3.8.2. Resultados.....	49
4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	52
4.1. Metodologia.....	52
4.2. Resultados.....	53
4.3. Evolução dos gastos gerais.....	55
5. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	56
6. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	57
7. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	58
8. Previdência Complementar Patrocinada.....	60
9. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	61
10. Renúncia Tributária.....	62
11. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.....	63
12. Operações de fundos.....	64
13. Despesas com cartão de crédito.....	65
14. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	66
15. Determinações e recomendações do TCU.....	67
16. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	68
17. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	69
18. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	70
19. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada.....	9
Quadro 3.2 – Programa Previdência a Inativos e Pensionistas	21
Quadro 3.3 - Programa Apoio Administrativo.....	21
Quadro 3.4 - Programa Gestão da Política Em educação	21
Quadro 3.5 – Programa Brasil Universitário.....	21
Quadro 3.6 – Dados gerais da ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões.....	23
Quadro 3.7 – Dados gerais do programa Apoio Administrativo	24
Quadro 3.8 – Dados gerais da ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	25
Quadro 3.9 – Dados gerais da ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores ..	26
Quadro 3.10 – Dados gerais da ação Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	27
Quadro 3.11 – Dados gerais da ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	28
Quadro 3.12 – Dados gerais do programa Gestão da Política de Educação	29
Quadro 3.13 – Dados gerais da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	30
Quadro 3.14 – Dados gerais do programa Brasil Universitário	32
Quadro 3.15 – Dados gerais da ação Funcionamento dos Cursos de Graduação	34
Quadro 3.16 – Dados gerais da ação Acervo bibliográfico.....	40
Quadro 3.17 – Dados gerais da ação Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior.....	42
Quadro 3.18 – Dados gerais da ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	44
Quadro 3.19 – Dado gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína	45
Quadro 3.20 – Dados gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi.....	46
Quadro 3.21 – Dados gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas.....	47
Quadro 3.22 – Dados gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional.....	49
Quadro 15.23 – Determinações e recomendações do TCU - Acórdão 3135/2007 – TCU 2ª CÂMARA.....	67
Quadro 15.24 - Determinações e recomendações do TCU - Acórdão 1928/2008 – TCU – 1ª. CÂMARA.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Programação orçamentária – Exercício de 2008	22
Tabela 3.2 – Metas e resultados da ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões.	24
Tabela 3.3 – Metas e resultados da ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores	27
Tabela 3.4 – Metas e resultados da ação Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	28
Tabela 3.5 – Metas e resultados da ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados. ..	29
Tabela 3.6 - Recursos alocados na ação para realização de capacitação dos servidores da Universidade.....	31
Tabela 3.7 - Bolsas oferecidas no Programa Institucional de Monitoria.....	35
Tabela 3.8 - Bolsas oferecidas no Programa Institucional de Monitoria Indígena.....	35
Tabela 3.9 – Recursos vinculados ao Programa Educação Tutorial.....	36
Tabela 3.10 – Número de tutores e Bolsistas vinculados ao PET 2008	36
Tabela 3.11 - Recursos destinados para as semanas acadêmicas realizadas nos diversos campi da UFT.....	36
Tabela 3.12 - Programa de bolsas para assistência estudantil	37
Tabela 3.13 - Bolsas de Iniciação Científica	37
Tabela 3.14 - Apoio financeiro a participação de pesquisadores em Congresso Científicos	37
Tabela 3.15 – Demonstração da execução das despesas de custeio em 2008	38
Tabela 3.16 – Demonstração da execução das despesas de custeio em 2008 – Recursos próprios.....	39
Tabela 3.17 – Metas e resultados da ação Funcionamento dos cursos de graduação.....	40
Tabela 3.18 – Metas e resultados da ação Acervo bibliográfico.	41
Tabela 3.19 – Metas e resultados da ação Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior.	44
Tabela 3.20 – Metas e resultados da ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	45
Tabela 3.21 – Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína.....	46
Tabela 3.22 – Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi...	47
Tabela 3.23– Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas ...	48
Tabela 3.24 – Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional.....	50
Tabela 3.25 – Execução Orçamentária dos recursos recebidos por Ação	51

Tabela 3.26 – Execução Orçamentária dos recursos recebidos por Programa	51
Tabela 4.27 - Indicadores de Desempenho.....	53
Tabela 4.28 – Evolução dos gastos gerais	55
Tabela 6.29– Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi	57
Tabela 7.30 – Demonstrativo de descentralizações recebidas no exercício de 2008	58
Tabela 13.31 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas.....	65
Tabela 13.32 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005	65
Tabela 16.33 - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	68
Tabela 18.34 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos - Servidores ativos e contratados	70
Tabela 18.35 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Ocupantes de funções de confiança.....	70
Tabela 18.36 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Contratações temporárias	70
Tabela 18.37 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal terceirizado e estagiários	70
Tabela 18.38 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal requisitado .	71
Tabela 18.39 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal cedido pela unidade	71
Tabela 18.40 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal envolvido em ações finalísticas	71
Tabela 19.41 – Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei 8.958/94	72
Tabela 19.42 - Tabela detalhada dos contratos de terceirização de serviços	73

1. IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1.1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT	
CNPJ	05.149.726-0001/04	
Natureza jurídica	FUNDAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	
Vinculação ministerial	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	
Endereço completo da sede	ALCNO 14 AV NS 15 S/N CUP CEP: 77.022-210 FONE: (63) 3232-8033	
Endereço da página institucional na internet	www.uft.edu.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o relatório de gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000	
Código da UJ titular do relatório	154419	
Códigos das UJ abrangidas	-	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	EM FUNCIONAMENTO	
Função de governo predominante	EDUCAÇÃO	
Tipo de atividade	ENSINO SUPERIOR	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	FUFTO	154419

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

A Universidade Federal do Tocantins vem cumprindo com suas responsabilidades institucionais, por meio de uma gestão transparente no âmbito interno e externo. Isso é evidenciado, quando se analisa a execução dos programas a que se propôs, buscando sempre o desenvolvimento institucional, cumprindo dessa forma com o que foi definido no seu planejamento estratégico e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Este documento tem o objetivo de apresentar os atos e conseqüentes fatos administrativos da Universidade executados no período de janeiro a dezembro de 2008. O presente relatório evidencia as ações desenvolvidas e os resultados obtidos, destacando os principais aspectos que permeiam a gestão universitária.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Universidade Federal do Tocantins – UFT, enquanto Instituição social e pública desempenha um relevante papel no estado, propondo alternativas para a melhoria da qualidade do ensino público nos seus diversos níveis, atuando diretamente na formação de cidadãos em condições de ingressarem no mercado de trabalho e contribuírem na construção de um país mais justo e solidário.

O planejamento estratégico da Instituição criou base para pensar a Universidade de forma sistêmica, observando a sua relevância para a sociedade. Nesse sentido, a UFT tem como missão produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Zelar pela boa aplicação dos recursos públicos destinados à Instituição é uma obrigação para aqueles que gerenciam o patrimônio público, principalmente de uma Instituição secular, meritocrática e indispensável para o desenvolvimento do país. Assim, destaca-se que os recursos orçamentários destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) foram incrementados ao longo dos últimos anos. No entanto, ainda enfrentamos dificuldades no que tange a escassez

de recursos orçamentários devido a estrutura organizacional da Universidade Federal do Tocantins, apresentar singularidades específicas, por ser uma Instituição multicampi. Essa característica faz da UFT uma referência para o Tocantins, uma vez que a sua interiorização, com certeza, contribui indiscutivelmente para o desenvolvimento do Estado, exigindo por sua vez um esforço maior dos gestores na execução dos recursos públicos que são cada vez mais escassos. Essa escassez é evidenciada quando se observa os elevados custos com despesas de manutenção como limpeza, segurança e com deslocamento entre os diversos campi e a Reitoria que é localizada em Palmas.

A Administração Superior da Instituição, bem como a de seus campi, tem desenvolvido esforços para manter o funcionamento de suas atividades-fins, lutando por suplementações orçamentárias em nível federal, o que geralmente ocorre no final do exercício. Dessa forma, a UFT buscou parcerias e convênios que possibilitaram a realização de projetos e pesquisas que não possuíam financiamento adequado por parte da União, dentro do orçamento destinado à Universidade anualmente.

Em 2008, a instituição recebeu na forma de descentralização de créditos recursos destinados para o desenvolvimento de pesquisa e para fortalecimento da administração. Para o fortalecimento da pesquisa, foi liberado recursos para a implantação de incubadora em Gurupi. O Ministério de Ciência e Tecnologia descentralizou R\$ 999.793,48 (novecentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos) para apoiar a pesquisa de resíduos e contaminantes. No mesmo período, a instituição recebeu do Ministério da Pesca recursos descentralizados na ordem de R\$ 404.967,26 (quatrocentos e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos) para apoiar o projeto de estatística e desembarque pesqueiro no Tocantins. Esse projeto será desenvolvido por professores pesquisadores do Campus de Porto Nacional.

Os resultados na pós-graduação da UFT também são expressivos. A instituição oferece 6 (seis) programas de mestrado e 1 (um) doutorado em produção animal – único na região Norte. A CAPES disponibilizou, por meio de descentralização de créditos, o valor de R\$ 211.420,00 (duzentos e onze mil e quatrocentos e vinte reais) para pagamento de bolsas para os alunos dos referidos programas. Para apoiar as atividades acadêmicas, especificamente no que diz respeito à logística, a instituição recebeu R\$ 94.416,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e dezesseis

reais) do Programa PROAP. O mesmo é gerenciado pelos coordenadores dos programas de pós-graduação.

Na área de Assistência Estudantil, a UFT recebeu recursos descentralizados na ordem de R\$ 1.004.769,36 (um milhão, quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) para apoiar as atividades de assistência ao estudante do ensino de graduação.

Observa-se o desempenho da Instituição, por meio do seu desenvolvimento na área administrativa, da consolidação dos seus campi, que se dá por meio da expansão da área física, melhoria nas infra-estruturas de telecomunicações, informática, comunicação organizacional e consolidação dos conselhos superiores, reforçando o compromisso que a Instituição tem com a democracia. Considerando as atividades fins da Instituição, a UFT não perde de vista o seu compromisso com a qualidade do ensino em nível de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão.

Buscando fortalecer a área administrativa, a UFT recebeu descentralização de créditos na ordem de R\$ 413.769,36 (quatrocentos e treze mil, setecentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) da SESu por meio do edital 08/2008. Esses recursos foram utilizados para pagamento das despesas continuadas, energia elétrica, vigilância e limpeza. Além desses recursos, a UFT recebeu R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais) referente à emenda ANDIFES e R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) referente à descentralização da SESu. Tais recursos foram utilizados para aquisição de reagentes e vidrarias e para pagar as despesas continuadas da instituição.

Vários investimentos foram realizados ao longo desse ano em acervo bibliográfico, melhoria dos laboratórios de ensino e pesquisa, além da ampliação de bolsas para os programas de iniciação científica, monitoria, permanência dos alunos carentes, indígenas, assim como, do programa de educação tutorial (PET).

Os resultados acadêmicos obtidos são significativos, como exemplo, podemos citar a qualidade dos cursos de graduação, expressos por meio das avaliações externas, além de um crescimento quanti-qualitativo na pós-graduação e na pesquisa, com diversos projetos de pesquisa aprovados pelas agências de financiamento. Vale frisar aqui, o aumento da taxa de sucesso na graduação (TSG), indicador estabelecido pelo MEC para medir o percentual de alunos que concluem seu curso de graduação, esse indicador aumentou de 0,59 em 2007 para 0,70 em 2008.

Os programas citados anteriormente, a exemplo da bolsa permanência, objetivam dar condições financeiras para que alunos carentes e indígenas possam permanecer na Instituição, reduzindo por sua vez a evasão escolar e a taxa de repetência.

Por outro lado, o Programa de Monitoria (PIM), por meio de concessão de bolsas aos alunos classificados, tem como principal objetivo aumentar a taxa de sucesso na graduação, o que, por sua vez, induz diretamente à melhoria do ensino na Instituição.

O programa de Iniciação Científica tem como objetivo induzir a participação dos alunos na pesquisa científica, pretendendo, com isso, aumentar a participação dos alunos em programas de mestrado e doutorado, contribuindo de forma qualitativa em médio e longo prazo para o desenvolvimento tecnológico e científico do país.

A capacitação dos recursos humanos da área técnico-administrativa, a melhoria das condições de trabalho e a integração em todos os aspectos, são quesitos fundamentais buscados no dia-a-dia da Instituição, visando o alcance do profissionalismo voltado à eficiência da atividade, em função do cumprimento das atividades-fins.

É importante destacar que apesar dos esforços envidados, a Instituição ainda não tem o seu quadro de técnicos administrativos completo, fazendo com que a Universidade se utilize da terceirização de serviços como única alternativa para suprir suas necessidades.

Da mesma maneira, o quadro de docentes ainda não está totalmente completo, o que obrigou a Instituição, ao longo do ano, a contratar professores substitutos, para que a oferta das disciplinas acontecesse de forma regular.

Além do quadro de docentes da instituição não estar totalmente completo, a política institucional de qualificação de docentes vem sendo ampliada a cada ano. Isso faz com que a instituição necessite contratar professores substitutos para preencher as vagas daqueles que estão licenciados para qualificação. Em 2008, a universidade recebeu recursos descentralizados – CAPES - para concessão e manutenção de bolsas de estudos de doutorado no país na ordem de R\$ 584.538,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e trinta e oito reais).

Como parte dos desafios enfrentados ao longo deste ano, a Instituição vem lutando para melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa por meio do apoio à capacitação de docentes e técnico-administrativos. Nesse sentido, a UFT firmou vários convênios com diferentes e renomadas instituições públicas do país, implantando programas de doutorado e mestrado interinstitucionais,

além de aprovar a capacitação de servidores em nível de mestrado na Universidade Federal do Ceará. Além disso, apoiou docentes, servidores e alunos que apresentaram trabalhos científicos em congressos científicos que ocorreram no Brasil.

No que tange à relação da Instituição com a sociedade, é importante observar que a UFT recebeu descentralização de recursos para desenvolver importantes projetos junto à comunidade, a exemplo do “Conexões dos saberes, oferta de curso de especialização para segurança pública, UNIAFRO, capacitação de gestores de escolas públicas e mídias em educação.

O Projeto Universidade da Maturidade (UMA) promove a aproximação da UFT com os idosos, proporcionando a inclusão digital, novos níveis de convivência social e familiar, formação de grupos de dança e canto, além de atuar no campo da profissionalização por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento. No final desse exercício, foram liberados recursos orçamentários por meio de emenda parlamentar para a construção da sede própria da UMA no campus de Palmas.

Além desses projetos a UFT, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (Seduc) e com o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), está desenvolvendo ações importantes no campo do ensino fundamental e médio, por meio de conferências estaduais do ensino básico e do Plano de Ações Articuladas, que tem como objetivo fazer um diagnóstico do ensino com vistas a observar e melhorar os Indicadores de Educação Básica (IDEB) dos municípios do Tocantins.

Além dessas atividades desenvolvidas na Instituição, se faz necessário apontar a implantação da proposta da UFT ao Plano de Reestruturação das Universidades (Reuni). O projeto, aprovado pelo Ministério da Educação em Novembro de 2007, está implantando 14 novos cursos de graduação nos campi de Palmas, Gurupi e Araguaína. No Campus de Araguaína, funcionarão os cursos de licenciatura em Ciências Naturais com habilitação em Física, Química e Biologia, Tecnólogo em Gestão de Negócios, com habilitação em Logística, Turismo e Cooperativismo. No Campus de Gurupi, funcionarão os cursos de Engenharia Biotecnológica e de Bioprocessos e bacharelado em Química Ambiental. No Campus de Palmas, funcionarão os cursos de Nutrição, Enfermagem, Filosofia, Licenciatura em Artes, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil. Em 2008 foi realizado o primeiro vestibular para esses cursos que começarão suas atividades no segundo semestre de 2009.

Assim sendo, fica clara a extrema relevância do Reuni para a Universidade e para o estado de Tocantins, uma vez que, por meio dele, está sendo promovido o fortalecimento da estrutura administrativa e acadêmica da Instituição, além de garantir a ampliação da oferta de vagas para o ensino de graduação, o que, por sua vez, gerará impactos significativos nas áreas da educação básica, da tecnologia, da saúde e humanidades, inclusive no âmbito da pós-graduação.

Os recursos destinados para o Reuni já estão sendo executados em sua totalidade de acordo com o que foi programado para 2008. O governo federal descentralizou créditos orçamentários na ordem de R\$ 862.651,00 (oitocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais), valor esse equivalente a 40% do total destinado no projeto para esse ano. Os recursos destinados para o Reuni estão sendo utilizados em construção de anfiteatros nos campi de Palmas, Gurupi e Araguaina. Além disso, foram adquiridos computadores, carteiras, equipamentos de refrigeração, televisores, quadros interativo e mobiliário para os referidos campi.

Em 2008 a UFT iniciou a discussão sobre o Programa de Formação de Professores para Educação Básica do estado do Tocantins (UFT/SEDUC/PAR), em consonância com o Programa de Ações Articuladas (PAR) do Governo Federal e com as demandas de formação docente das Secretarias Estadual e Municipais de Educação, busca contribuir para a formação dos professores integrantes do sistema público de ensino em nível de graduação e para a valorização da carreira do profissional da educação.

Sabemos que o grande desafio dos profissionais dos cursos de formação de professores é desenvolver conhecimentos e metodologias capazes de auxiliarem no enfrentamento dos problemas da própria formação dos educadores, baseados em princípios condizentes com a realidade atual. Para além das diretrizes, faz-se necessário a formação inicial e/ou formação continuada a esses profissionais, no sentido de contribuir para que eles repensem sua própria prática, pois, muitos se encontram tão fortemente envolvidos com as práticas tradicionais, que muitas vezes, não conseguem pensar ou implementar novas metodologias.

Atualmente, no estado do Tocantins, aproximadamente 12.000 – doze mil professores - precisam ser inseridos em programas de formação inicial, quer por não possuírem a titulação mínima exigida pela legislação educacional, quer por atuarem fora da área de formação. Esse quadro demanda, indubitavelmente, ações emergenciais.

A inserção da UFT, nesse contexto, se dá por meio dos seus cursos de graduação oferecidos em pontos estratégicos do Estado, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins. Todavia, uma ação específica se faz necessária no sentido de propiciar aos profissionais integrantes da rede estadual e municipal de ensino a formação inicial ou a obtenção de uma segunda licenciatura, no caso de atuar fora da área de conhecimento.

Aliada a essa abrangência de formação propiciada pela capilaridade dos campi universitários, a UFT buscou, a partir de 2006, de modo mais incisivo, implementar programas que visam ao atendimento às políticas nacionais de formação de professores, por meio de parcerias com outras instituições de ensino superior, associadas ao Consórcio Setentrional e, posteriormente, à Universidade Aberta do Brasil. Atualmente, a UFT oferece o curso de Biologia em diversos pólos e, a partir de um novo edital que vai ser disponibilizado para implantação em 2009, dos cursos de Química, Física, Matemática e Artes e de formação continuada em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

Para esse programa, o Governo Federal descentralizou R\$ 2.712.771,93 (dois milhões, setecentos e doze mil, setecentos e setenta e um reais e noventa e três centavos). Esse recurso foi licitado e empenhado em 2008, na construção de seis prédios que estão sendo construídos nos campi de Araguaina, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Nessa mesma linha, está em fase inicial a execução do programa Institucional de bolsas de iniciação à docência (PIBID). O mesmo tem como objetivo oferecer bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dedicam ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. Isso porque, 71,2% dos professores formados não atuam na educação básica da rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, esse programa faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

2.2. Estratégias de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A Fundação Universidade Federal do Tocantins, constituindo-se em uma unidade de patrimônio, organização administrativa e acadêmica, é formada por:

I - órgãos superiores;

II - órgãos de gestão das unidades de ensino, pesquisa e extensão;

III- órgãos de coordenação de natureza acadêmica.

Cabe aos conselhos superiores deliberar questões referentes à administração, ao ensino, à pesquisa e à extensão. O Conselho Superior Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) são constituídos pelo reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores de campi universitários, coordenadores de cursos, representação discente, representação docente e representação dos técnicos administrativos, sendo essas três categorias indicadas pelos respectivos sindicatos.

Os conselhos estão estruturados por meio de comissões técnicas e câmaras. O Consuni é composto por quatro comissões técnicas – Comissão de Legislação e Normas, Comissão para Assuntos Estudantis, Comissão de Integração Comunitária e Comissão de Administração e Finanças.

O Consepe é composto pelas Câmaras de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, Assuntos Estudantis e Planejamento.

A tomada de decisão nos campi é colegiada e é deliberada pelo conselho diretor. Esse conselho é formado pelo diretor do campus e por todos os coordenadores dos cursos existentes no referido campus, tem representação discente, docente e de técnico-administrativos.

É importante destacar que para os cargos de reitor, diretor de campus e coordenador de curso, existe uma consulta eleitoral na comunidade. Tal pesquisa é feita obedecendo à legislação vigente e o regimento eleitoral que é aprovado no Conselho Superior Universitário – CONSUNI.

Essa estrutura permite uma gestão colegiada e descentralizada, garantindo transparência nas decisões tomadas no âmbito da Instituição, que, enquanto Instituição social, garante e preserva os princípios democráticos.

A estrutura administrativa da UFT conta atualmente com seis pró-reitorias, destas, duas foram criadas em 2008, a de avaliação e planejamento e a de assuntos estudantis e esportes.

Dada a sua estrutura organizacional e a sua forma de atuação, a gestão da Universidade é pautada pelos princípios da administração pública: economicidade, moralidade, eficácia, publicidade, legalidade e impessoalidade. Nesse sentido, busca-se incessantemente imprimir uma gestão transparente, eficiente e empreendedora, como um meio de atingir resultados que possam ser traduzidos em excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Enquanto Instituição que tem a nobre função de atuar nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade Federal do Tocantins, por meio da interlocução das pró-reitorias com os diretores de campi coordenadores de cursos e professores garante a indissociabilidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão. Salienta-se, no entanto, a tarefa árdua que é para os gestores da Universidade garantir essa indissociabilidade. A falta de autonomia e de recursos atrelada à pressão da sociedade por mais cursos de graduação, de pós-graduação stricto-sensu, pesquisa científica que é a principal responsável pelo desenvolvimento econômico de uma nação e projetos de extensão que atendam as demandas sociais, fazem com que a Universidade, enquanto Instituição social enfrente cotidianamente problemas que refletem os do próprio Estado brasileiro.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado, a Universidade passou a assumir atividades e funções que são, de direito, do Estado, como é o caso das Ifes que custeiam os hospitais universitários que atendem a comunidade.

Atuando nesse contexto, os gestores das Universidades Federais respondem, perante os órgãos de controle, pela ineficiência do Congresso Nacional, que não aprova as suplementações orçamentárias em tempo hábil. O resultado desse processo são os recursos orçamentários obtidos e aportados no siafi (Sistema de Administração Financeira) nos últimos dias do exercício orçamentário. O gestor, portanto, passa a enfrentar o seguinte dilema: devolver o recurso público ou utilizá-lo empenhando-o em favor da Fundação de Apoio? Então, como alternativa para sanar os problemas que se acumularam ao longo do ano em decorrência da escassez de recursos, recorre-se à transferência desses recursos públicos para a Fundação de Apoio ou inscrevem-se os mesmos em Restos a Pagar. Uma vez que não existe amparo legal para a transferência para a Fundação, nem tão pouco para a inscrição em Restos a Pagar, creditam-se aos gestores da Instituição graves atos de irregularidades administrativas.

É importante ressaltar que a devolução de tais recursos para o Tesouro Nacional traz sérias conseqüências para as Ifes, posto que tais recursos são destinados, na maioria das vezes, para garantir os contratos de natureza continuada que estão diretamente vinculados à manutenção da Instituição, a exemplo do pagamento das contas de energia elétrica, água, telefonia, e contratos de terceirização, que, dado o dinamismo da Instituição apresentam variações sempre para maior entre o que foi planejado e executado.

Nesse sentido, garantir a excelência do ensino, da pesquisa e da extensão numa Instituição desprovida de autonomia financeira, e com recursos escassos – trabalho e capital -, é indubitavelmente o maior gargalo enfrentado pela Universidade.

Apesar das restrições orçamentárias e de pessoal, os objetivos da Universidade definidos para o exercício de 2008 estiveram diretamente relacionados com a expansão e melhoria do ensino de graduação e de pós-graduação *stricto-sensu*, com o desenvolvimento da pesquisa científica, com a articulação da Universidade com a sociedade por meio dos projetos de extensão e com a modernização da infra-estrutura física.

Além da dificuldade de lidar com as restrições orçamentárias e com a falta de autonomia administrativa, a Universidade lida diuturnamente com a insuficiência no quadro de pessoal. Nessa área, cabe destacar que há carência de servidores docentes e técnico-administrativos, principalmente de técnicos de informática, engenheiros, desenhistas e analistas de sistemas. Um outro gargalo enfrentado pela instituição, está também relacionado a falta de autonomia que na maioria das vezes faz com que os gestores comentam algumas impropriedades na gestão. Ocorre que ao longo dos anos houve uma expressiva expansão das Ifes sem a devida contrapartida financeira do Governo Federal, a exemplo, a não expansão de gratificações. A UFT enfrenta esse problema, uma vez que não existem na instituição, gratificações suficientes para os cargos existentes.

Considerando a sua atuação como executora de políticas públicas e para cumprir com o seu papel enquanto instituição de ensino, a universidade contratou professores substitutos e terceirizou profissionais vinculados à área de informática, engenharia e motoristas, uma vez que as vagas liberadas pelo Ministério da Educação não contemplaram tais áreas que são de fundamental importância para a Universidade.

Outra dificuldade ainda enfrentada pela Instituição diz respeito à estrutura física. Dada à estrutura multicampi e o seu rápido processo de expansão, a UFT está adequando à infra-estrutura física, elétrica e de informática para poder garantir a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para toda a sociedade.

Vale salientar também que a Universidade Federal do Tocantins está passando pelo processo de informatização em todas as áreas – acadêmica e administrativa – este processo é um caminho necessário e obrigatório para todas as instituições, principalmente para aquelas que criam e difundem conhecimento. Após a conclusão desse processo, a Universidade terá condições de ofertar os seus serviços de forma mais eficiente e eficaz para a comunidade interna e para a sociedade.

3. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

3.1. Programas

Quadro 3.2 – Programa Previdência a Inativos e Pensionistas

PROGRAMA 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Quadro 3.3 - Programa Apoio Administrativo

PROGRAMA 0750: Apoio Administrativo
Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Quadro 3.4 - Programa Gestão da Política Em educação

PROGRAMA 1067: Gestão Da Política De Educação
Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Quadro 3.5 – Programa Brasil Universitário

PROGRAMA 1073: Brasil Universitário
Objetivo: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

A Lei Orçamentária (LOA) da Universidade Federal do Tocantins para o exercício de 2008 foi de R\$ 69.951.805, (sessenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil e oitocentos e cinco reais) distribuídos por programas, sendo que durante o exercício foram liberados créditos adicionais no valor de R\$ 13.841.152 (treze milhões, oitocentos quarenta um mil e cento cinquenta dois reais), perfazendo um orçamento total correspondente a R\$ 83.792.957 (oitocentos

e três milhões, setecentos e noventa e dois mil e novecentos e cinquenta e sete reais), conforme tabela a seguir:

Tabela 3.1 – Programação orçamentária – Exercício de 2008

Cód.	Programa	Dotação inicial	Lei + créditos
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	132.363	258.363
0750	Apoio Administrativo	2.565.328	2.224.123
1067	Gestão da Política de Educação	70.000	70.000
1073	Brasil Universitário	67.184.114	81.240.471
Total		69.951.805	83.792.957

3.1.1. Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

3.1.1.1. Dados gerais

Quadro 3.6 – Dados gerais do programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
Objetivos específicos	Não houve ocorrências no período.
Gerente do programa	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Gerente executivo	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União Taxa de Participação da União no Custeio da Previdência dos Servidores Públicos Federais
Público-alvo	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

3.1.1.2. Principais ações do programa

Pagamento de Aposentadorias e Pensões: tem como meta garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

3.1.1.3. Gestão das ações

3.1.1.3.1. Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

O acompanhamento da ação 0181 é feito por conta da diretoria de Desenvolvimento Humano da UFT. Trata-se de uma ação de abrangência nacional, não tendo, dessa forma, um coordenador local.

3.1.1.3.1.1 – Dados gerais

Quadro 3.6 – Dados gerais da ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH
Unidades executoras	Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de pessoal
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.1.3.1.2. – Resultados

A execução desta ação superou o valor previsto. É importante destacar que os dados financeiros são lançados pelo Ministério do Planejamento. A UFT concedeu apenas uma aposentadoria além das existentes. A tabela abaixo demonstra a meta e os resultados da ação:

Tabela 3.2 – Metas e resultados da ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	4	5	125,00%
Financeira	121.635,00	235.593,26	193,69%

3.1.2. Programa 0750: Apoio Administrativo

3.1.2.1. Dados gerais

Quadro 3.7 – Dados gerais do programa Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio administrativo.
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Não houve ocorrências no período
Gerente do programa	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Gerente executivo	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Indicadores ou parâmetros utilizados	Sem indicadores
Público-alvo	Governo

3.1.2.2. Principais ações do programa

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, tem como meta proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores, tem como objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes.

Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados, consiste no pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundações da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados, consiste na concessão do auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

3.1.2.3. Gestão das ações

3.1.2.3.1. Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

3.1.2.3.1.1. Dados gerais

Quadro 3.8 – Dados gerais da ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DDH – Diretoria de Desenvolvimento Humano
Unidades executoras	DDH – Diretoria de Desenvolvimento Humano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de ações em saúde
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.2.3.1.2. Resultados

A execução orçamentária desta ação foi inferior à previsão realizada no início do exercício. Para a implantação dessa ação foi necessário estabelecer diversos trâmites administrativos, como a contratação de uma prestadora de serviço na área de saúde. Foi necessário também mobilizar os servidores técnico-administrativos de toda a instituição. Essas foram dificuldades enfrentadas pela universidade na implantação da ação, o que contribuiu para o não cumprimento da meta estabelecida. A tabela 4.3 demonstra de forma clara, a execução desta ação.

Tabela 3.3 – Metas e resultados da ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	1.172	471	40,19%
Financeira	590.502,00	109.502,00	18,54%

3.1.2.3.2. Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores

3.1.2.3.2.1. Dados gerais

Quadro 3.9 – Dados gerais da ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DDH – Diretoria de Desenvolvimento Humano
Unidades executoras	DDH – Diretoria de Desenvolvimento Humano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Setor de pessoal
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.2.3.2.2. Resultados

Percebe-se que a execução desta ação correspondeu às expectativas, tendo em vista que houve uma diferença mínima entre a execução financeira e a previsão inicial. A tabela abaixo evidencia a execução dessa ação no exercício de 2008.

Tabela 3.3 – Metas e resultados da ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	189	249	131,75%
Financeira	149.962,00	159.962,00	106,67%

3.1.2.3.3. Ação 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

3.1.2.3.3.1. Dados gerais

Quadro 3.10 – Dados gerais da ação Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH
Coordenação nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Unidades executoras	Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Setor de pessoal
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.2.3.3.2. Resultados

A ação ocorreu de acordo com o planejado inicialmente, assim como evidencia a tabela abaixo:

Tabela 3.4 – Metas e resultados da ação Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	340	340	100,00%
Financeira	448.595,00	448.595,00	100,00%

3.1.2.3.4. Ação 2012 - Auxílio-alimentação aos servidores e Empregados

3.1.2.3.4.1. Dados gerais

Quadro 3.11 – Dados gerais da ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de Auxilio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH
Coordenação nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Unidades executoras	Diretoria de Desenvolvimento Humano – DDH
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Setor de pessoal
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.2.3.4.2. Resultados

Constata-se que a execução financeira superou a previsão inicial, devido ao crescimento do número de servidores que foram empossados nesta instituição nesse exercício. Em 2008, a UFT realizou diversos concursos públicos, tal fato permitiu a expansão do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos.

Tabela 3.5 – Metas e resultados da ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	910	1074	118,02%
Financeira	1.376.269,00	1.425.114,00	103,55%

3.1.3. Programa 1067: Gestão da Política de Educação

3.1.3.1. Dados gerais

Quadro 3.12 – Dados gerais do programa Gestão da Política de Educação

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação
Objetivo Específico	Não houve ocorrências no período
Gerente do programa	PAULO EDUARDO NUNES DE MOURA ROCHA
Gerente executivo	LEO KESSEL
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não houve ocorrências no período
Público-alvo	Governo

3.1.3.2. Principais ações do programa

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, que tem como objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

4.1.3.3. Gestão das ações

3.1.3.3. Gestão das ações

3.1.3.3.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

3.1.3.3.1.1. Dados gerais

Quadro 3.13 – Dados gerais da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Orçamentário
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de desenvolvimento Humano – DDH
Unidades executoras	Diretoria de desenvolvimento Humano – DDH
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução (dentro da UJ)	Diretoria de desenvolvimento Humano – DDH
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.3.3.1.2. Resultados

A ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação contemplada no programa Gestão da Política de Educação teve uma execução exitosa na Instituição, uma vez que foram capacitados 52 servidores frente a uma estimativa de 50 servidores capacitados.

Os recursos orçamentários destinados à referida ação corresponderam a R\$ 70.000,00 (setenta reais), sendo que a execução financeira ocorreu em sua plenitude, tendo em vista a utilização de 100% dos recursos orçamentários recebidos.

Os gastos com diárias e passagens corresponderam, respectivamente, a R\$ 8.993,37 (oito mil novecentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos) e R\$ 18.668,24 (dezoito mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos), sendo que o restante foi utilizado para o pagamento de inscrições de cursos oferecidos fora do estado do Tocantins.

Tabela 3.6 - Recursos alocados na ação para realização de capacitação dos servidores da Universidade

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	50	52	104,00%
Financeira	70.000,00	70.000,00	100,00%

No ano de 2008 as ações da universidade deram continuidade com vistas à capacitação de seus servidores, materializadas no programa do servidor multiplicador, capacitações externas e como destaque o curso de especialização em Gestão Pública para os servidores dos campi de Porto Nacional, Palmas e Miracema, capacitando em nível de especialização 55 servidores. Para o ano de 2009, será ofertado esse mesmo curso de capacitação para os servidores dos Campi de Araguaína e Tocantinópolis. Esse tipo de capacitação, além de grande valia para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de suas atividades, serve como estímulo para a ascensão na carreira dos servidores, propiciando um ambiente de trabalho mais favorável.

Dentro do projeto servidor multiplicador se destacam os cursos de inglês para os campi de Palmas e Gurupi, redação oficial e gestão de materiais, entre outros.

Na capacitação externa destaque para cursos de Sindicância e processo disciplinar e a participação no 2º Congresso Norte-Nordeste de licitações e contratações.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos recursos alocados nesses programas.

Tabela 3.8 - Recursos alocados para realização de capacitação dos servidores da Universidade

Atividades	Quantidade	Valor
Servidor multiplicador	373	39.733,13
Cursos externos	46	70.000,00
Especialização em Gestão Pública	55	63.930,83
Total	474	173.663,96

A Universidade atualmente tem um número de 455 servidores, pode-se verificar que houve servidores que participaram em mais de uma atividade de capacitação, demonstrando assim, a importância que a administração da universidade dá à formação de seus quadros.

3.1.4. PROGRAMA 1073: Brasil Universitário

3.1.4.1. Dados gerais

Quadro 3.14 – Dados gerais do programa Brasil Universitário

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.
Objetivo Específico	Não houve ocorrências no período
Gerente do programa	MARIA DO ROSÁRIO DE HOLANDA CUNHA CARDOSO
Gerente executivo	BERNARDA RODRIGUES BRAGA SILVA
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior; Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação; Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno; Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno
Público-alvo	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas.

3.1.4.2. Principais ações do programa

Ação 4009 - Funcionamento dos Cursos de Graduação tem como objetivo garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes, formar profissionais de alta qualificação para atuar em diferentes setores da sociedade capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

Ação 4008 – Acervo bibliográfico, que tem como meta possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.

Ação 6373 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, tem o objetivo de recuperar, manter e/ou modernizar a infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação, com qualidade.

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, tem o objetivo de assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Ação 10ZM - Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína, tem como objetivo viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Araguaína, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.

Ação 10ZN - Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi, tem o objetivo de viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Gurupi, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.

Ação 10ZO - Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas, tem como objetivo viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Palmas, objetivando realizar a Educação

Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.

Ação 10ZP - Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional, tem o objetivo de viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Porto Nacional, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.

3.1.4.3. Gestão das ações

3.1.4.3.1. Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação

3.1.4.3.1.1. Dados gerais

Quadro 3.15 – Dados gerais da ação Funcionamento dos Cursos de Graduação

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar em diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Manutenção da infra-estrutura física do Campus, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Unidades executoras	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução (dentro da UJ)	Pró-Reitorias de Planejamento, de Administração e Graduação
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.1.2. Resultados

Dentro do Programa Brasil Universitário existem ações estratégicas que permitem o desenvolvimento institucional. Os recursos alocados nesse programa representaram aproximadamente 96,95% do orçamento global da Instituição em 2008.

É importante destacar as atividades-fins desenvolvidas, financiadas com recursos do tesouro e devidamente alocados na ação funcionamento dos cursos de graduação dentro do Programa Brasil Universitário. Dentre eles destacamos a seguir:

O Programa Institucional de Monitoria é gerenciado pela Pró-Reitoria de Graduação e tem como objetivo incentivar a participação do acadêmico nas atividades acadêmicas, despertar no discente seu interesse pelas atividades da docência, propiciando-lhe a possibilidade de utilizar o seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional qualificada e contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar. O público-alvo desse programa são os discentes de todos os cursos de graduação da Universidade. Para ingressar no programa o aluno passa por um processo de seleção e após a sua aprovação, dedicará 12 horas semanais para tirar dúvidas dos alunos que tem dificuldades de aprendizagem nas disciplinas selecionadas.

Tabela 3.7 - Bolsas oferecidas no Programa Institucional de Monitoria

Descrição	Quantidade	Valor
Bolsas remuneradas	82	45.300,00
Bolsas não remuneradas	100	0,00
Total	182	45.300,00

Além do PIM, a universidade desenvolve um programa institucional de monitoria Indígena (PIMI), com o objetivo de facilitar a inclusão do aluno indígena nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo dessa forma, para a sua permanência e sucesso acadêmico.

Tabela 3.8 - Bolsas oferecidas no Programa Institucional de Monitoria Indígena

Descrição	Quantidade	Valor
Bolsas remuneradas	13	15.600,00
Total	13	15.600,00

A Universidade dá continuidade à parceria com o Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior – DEPEM/MEC -, o Programa Educação Tutorial (PET) que tem como objetivo principal fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica mais ampla, com atividades científicas, acadêmicas e extensionistas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de Universidade, ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 3.9 – Recursos vinculados ao Programa Educação Tutorial

Descrição	Meta Física	Meta Financeira
PET	02	71.856,00

Tabela 3.10 – Número de tutores e Bolsistas vinculados ao PET 2008

Descrição	Quantidade
Tutores	02
Alunos bolsistas	16
Alunos não bolsistas	04
Total	22

Como atividades de extensão, a Pró-Reitoria, em parceria com os coordenadores de cursos de graduação, desenvolveram o projeto de extensão chamado Semanas Acadêmicas, que tem como objetivo articular as diversas áreas do saber, bem como proporcionar à comunidade acadêmica discussões acerca de temas específicos por meio de palestras ministradas por professores e pesquisadores de outras instituições de ensino superior do Brasil.

Tabela 3.11 - Recursos destinados para as semanas acadêmicas realizadas nos diversos campi da UFT

Descrição	Quantidade	Valor
Semanas acadêmicas	23	75.342,00

No campo da assistência estudantil, a Pró-Reitoria de assuntos Estudantis gerencia os programas Bolsa Permanência e Bolsa Estágio. Tais programas têm como objetivo garantir a permanência de alunos carentes na Instituição, uma vez que a maioria dos alunos da UFT provém de extratos sociais de baixa renda.

É importante destacar que o Governo Federal liberou R\$ 1.004.037,70 (Hum milhão e quatro mil, trinta e sete reais e setenta centavos) por meio de descentralização de créditos para a ação assistência estudantil ao aluno de graduação. Esse recurso foi executado de acordo com o plano de trabalho encaminhado para o MEC.

É importante destacar que o próprio Ministério definiu em que elementos de despesas, o recurso deveria ser alocado. Nesse sentido, a UFT, obedecendo rigorosamente ao que estava definido, alocou o recurso em acervo bibliográfico para as bibliotecas, equipamentos de informática, mobiliário, material esportivo e aquisição de um veículam uno.

Tabela 3.12 - Programa de bolsas para assistência estudantil

Descrição	Quantidade	Valor
Bolsa estágio	94	474.576,04
Bolsa permanência	48	109.620,00
Total	142	584.196,04

No campo da pesquisa e pós-graduação (PROPESQ) a Universidade, por meio da pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, desenvolve importantes projetos. O Programa de Iniciação Científica tem como objetivo incentivar o aluno a realizar pesquisa científica de modo que o mesmo possa ingressar na pós-graduação stricto-sensu e seguir carreira na docência do ensino superior.

Tabela 3.13 - Bolsas de Iniciação Científica

Descrição	Quantidade	Valor
Bolsas concedidas	59	212.400,00

Outro programa desenvolvido pela PROPESQ diz respeito a auxílio financeiro à participação em eventos científicos e artísticos no Brasil. Esse programa foi aprovado no CONSEPE por meio da resolução 04/2004.

Tabela 3.14 - Apoio financeiro a participação de pesquisadores em Congresso Científicos

Descrição	Quantidade de trabalhos	Valor
Professores	23	28.450,00
Alunos	31	16.800,00
Técnicos	5	3.980,00
Total	67	49.230,00

A relevância das atividades apresentadas está diretamente associada aos objetivos traçados pela Instituição no início do exercício, bem como estão delineadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade.

O quadro a seguir mostra, de forma sucinta, a execução orçamentária das despesas de custeio por elementos de despesa da ação Funcionamento dos Cursos de Graduação do Programa Brasil Universitário da Universidade Federal do Tocantins, exercício de 2008.

Tabela 3.15 – Demonstração da execução das despesas de custeio em 2008

Elemento	Descrição	Execução
339014	Diárias	233.566,24
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	223.940,00
339030	Material de Consumo	1.040.705,97
1	Combustíveis e Lubrificantes	310.855,93
16	Material de almoxarifado(expediente)	207.192,37
17	Material de Processamento de dados	87.143,86
22	Material de Limpeza	0,00
24	Mat. Para man. De bens imóveis	18.353,60
26	Mat. Elétrico e Eletrônico	12.550,47
96	Suprimento pgto antecipado	7.667,69
99	Demais Materiais de Consumo	396.942,05
339033	Passagens	313.105,10
339036	Serviços Terceiros pessoa Física	1.880.457,85
2	Diárias a colaboradores eventuais	24.212,05
7	Estagiários	672.074,54
15	Locação de Imóveis	93.960,74
22	Conservação de Bens imóveis	27.102,00
28	Serviço de seleção e treinamento	943.506,49
99	Demais serviços de Terceiros Pessoa Física	119.602,03
339037	Serviços Terceirizados – Contratos	6.023.471,37
1	Apoio Adm. Técnico e operacional – Motoristas terceirizados	329.084,62
2	Limpeza e Conservação	3.925.408,57
3	Vigilância Ostensiva	1.768.978,18
339039	Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	6.344.643,63
1	periódicos e anualidades	33.056,00
16	Conservação de Bens imóveis	165.904,31
14	Locação de bens móveis – Ônibus e microônibus	173.000,00
17	Manutenção de Máquinas e equipamentos	280.454,69
19	Conservação de veículos	363.544,58
43	energia elétrica	1.937.275,69
44	Água	52.379,07
47	Comunicação em Geral (Publicações Legais)*	192.317,55
58	Telefonia	816.885,22
63	Serviços Gráficos	39.336,65
65	serviços de apoio ao ensino	1.811.805,21
83	cópia e reprodução de documentos	214.556,44
96	Suprimento pgto antecipado	847,68
99	Demais Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	263.280,54
339147	Obrigações Tributárias	483.835,67
12	PASEP	462.754,37
18	Patronais	18.246,00
99	Demais obrigações tributárias	2835,30
Total		16.543.725,83

Em 2008, a UFT recebeu crédito orçamentário na ordem de R\$ 415.096,00 (quatrocentos e quinze mil e noventa e seis reais) para alocar os recursos captados por meio de aluguéis, multa de bibliotecas e outras receitas.

Tabela 3.16 - Demonstração da execução das despesas de custeio em 2008 – Recursos próprios

Elemento	Descrição	Execução
33902001	Auxílio financeiro a pesquisadores	202.646,44
339030	Material de Consumo	11.575,98
01	Combustíveis e lubrificantes	7.000,00
16	material de almoxarifado(expediente)	219,30
99	Demais Materiais de Consumo	4.356,68
339039	Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	200.000,00
65	Serviços de apoio ao ensino	200.000,00
339147	Obrigações Tributárias	873,50
99	Demais obrigações tributárias	873,50
Total		415.095,92

Dentro desta ação – funcionamento dos cursos de graduação - está contemplado grande parte dos recursos de capital destinados à Universidade Federal do Tocantins, sendo que os valores de capital correspondentes a esta ação equivaleram a R\$ 5.300.000 (cinco milhões e trezentos mil reais), que foram utilizados na construção de blocos de salas de aula e um auditório no Campus de Miracema, reforma dos blocos do campus universitário de Tocantinópolis, construção de rede elétrica de alta e baixa tensão no campus de Palmas, construção de passarelas no campus de Porto Nacional, bem como para construção de pequenas obras nos diversos campi da universidade.

Esses recursos também viabilizaram a aquisição de equipamentos de informática e de móveis diversos para toda a universidade, servidores para melhoria da rede de informática da UFT, mobiliários para casa do estudante de Arraias, equipamentos para disciplina de telejornalismo e radio jornalismo, laboratórios nos cursos de ciência da computação, microcomputadores para atender demanda da instituição, equipamentos de última geração para medições elétricas visando economia no gasto com energia elétrica, e dois veículos prisma sedan para atender demanda da instituição. Um foi para atender as necessidades do campus de Arraias e o outro foi para atender a demanda do Núcleo de Novas Tecnologias Educacionais – UAB.

Dos recursos disponibilizados para aquisição de bens de capital, R\$ 1.359.728,05 (um milhão trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e cinco centavos) foram investidos em equipamentos e material permanente e R\$ 3.940.271,95 (três milhões novecentos e quarenta mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos) foram investidos em obras e instalações.

Os recursos de capital oriundos da ação funcionamento dos cursos de graduação foram aplicados com vistas a atingir o planejamento estratégico da instituição. Nesse sentido, os esforços envidados pelos gestores da universidade em busca da modernização administrativa e de melhorias qualitativas no ensino, na pesquisa e na extensão são pontos fortes que devem ser destacados.

Tabela 3.17 – Metas e resultados da ação Funcionamento dos cursos de graduação.

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	8757	8757	100,00%
Financeira	54.733.174,00	64.717.666,91	118,24%

3.1.4.3.2. Ação 4008 – Acervo bibliográfico

3.1.4.3.2.1. Dados gerais

Quadro 3.16 – Dados gerais da ação Acervo bibliográfico

Tipo	Orçamentário
Finalidade	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.
Descrição	Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Graduação
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Graduação
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação (dentro da UJ)	Pró-Reitoria de Graduação
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.2.2. Resultados

Para a ação Acervo Bibliográfico, foram alocados R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que foram utilizados na aquisição de um acervo, com aproximadamente 5 mil volumes, envolvendo obras para as diversas áreas do conhecimento, atendendo a demanda dos cursos oferecidos pela instituição. Tal acervo tem uma importância estratégica para os cursos da UFT, uma vez que as obras do mesmo auxiliarão os estudantes da instituição nas suas atividades acadêmicas.

A instituição, ao longo de sua existência, fez um vultoso investimento em acervo bibliográfico, que atrelado à implantação de laboratórios de ensino e de pesquisa, modernização da infraestrutura física contribuirão para elevar a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação strictu-sensu da universidade. A meta prevista foi superior à meta atingida, tal fato se deu porque em 2008, a UFT, atuando estrategicamente com vistas a atingir a excelência no ensino de graduação, investiu em bibliografias modernas cujo objetivo era atender não só a bibliografia básica, mas, especialmente a complementar.

A aquisição de uma ampla bibliografia é uma condição sine qua non para que ocorra a modernização nos projetos políticos pedagógicos da instituição.

Tabela 3.18 – Metas e resultados da ação Acervo bibliográfico.

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	10000	5000	50,00%
Financeira	500.000,00	500.000,00	100,00%

3.1.4.3.3. Ação 6373 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior

3.1.4.3.3.1. Dados gerais

Quadro 3.17 – Dados gerais da ação Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Recuperar, manter e/ou modernizar a infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação, com qualidade.
Descrição	Restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação, bem como aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Unidades executoras	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação (dentro da UJ)	Pró-Reitoria de Administração e Finanças e Diretoria de Obras Cíveis
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

O projeto Universidade da Maturidade – UMA, que tem o objetivo de contribuir para a inclusão social do cidadão e da cidadã de faixa etária igual ou acima de 45 anos.

Os principais objetivos do projeto UMA são:

- Incentivar a população a frequentar a Universidade para adquirir conhecimento científico e, conseqüentemente, mais autonomia e credibilidade para terem vez e voz entre seus familiares, sociedade e governos.
- Contribuir para a compreensão do lugar e do papel da pessoa de faixa etária igual ou acima de 45 anos na sociedade, da importância de lutar por seus direitos, por uma melhor qualidade de vida e por um novo status social, para ser respeitado.
- Desenvolver atividades intelectuais, culturais, criativas e científicas, estabelecendo novas relações sociais desta pessoa com a vida, propiciando o redescobrimento e o renascimento da sua alegria de viver com dignidade.

- Oferecer conhecimentos de relações intergeracionais.
- Abrir espaços de realização continuada em termos de desenvolvimento de projetos de ação comunitária e de assistência social.

No exercício de 2008, foram matriculados 80 alunos, sendo que foram realizados, além de aulas, diversos eventos e congressos. Tendo em vista o papel do projeto, inferi-se que foi extremamente positiva a realização dessa ação.

Destaca-se aqui a aprovação da construção da sede própria da UMA dentro do Campus de Palmas, com o início das obras em 2009, com isso, os alunos terão espaço físico mais amplo e adequado para suas atividades.

Os recursos desta ação foram disponibilizados por meio de emenda parlamentar. Foram liberadas as emendas parlamentares para a universidade, uma no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) para a construção do prédio da Universidade da Maturidade – UMA. A outra no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinada para o Campus de Araguaína.

Os recursos destinados para a Universidade da Maturidade, R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) na rubrica capital e R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em custeio. Tais recursos serão utilizados para a manutenção do referido projeto de extensão. A meta não foi atingida, ou seja, o recurso não foi totalmente executado tendo em vista que os mesmos foram liberados no final do mês de dezembro de 2008. Em que pese que as licitações foram realizadas de forma exitosa, a total execução não foi possível dado o curto espaço de tempo entre a liberação do recurso e o término do exercício. Por outro lado, é importante mencionar que a execução orçamentária foi totalmente comprometida em razão da indisponibilidade do sistema – SERPRO – no dia 31/12/2008. Vale a pena mencionar que o referido sistema deveria ter ficado aberto até 23:00 horas, horário de Brasília, e, sem qualquer justificativa, ficou indisponível cerca de 3 horas antes do determinado. Isso inviabilizou a emissão de empenho para as despesas que já tinham sido previamente licitadas.

O quadro a seguir demonstra a execução da referida ação no exercício de 2008.

3.1.4.3.3.2. Resultados

Tabela 3.19 – Metas e resultados da ação Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior.

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	1	1	100,00%
Financeira	700.000,00	591.288,53	84,47%

3.1.4.3.4. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

3.1.4.3.4.1. Dados gerais

Quadro 3.18 – Dados gerais da ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DDH - Diretoria de Desenvolvimento Humano
Unidades executoras	DDH - Diretoria de Desenvolvimento Humano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Setor de pessoal
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.4.2. Resultados

No exercício de 2008 houve grande aumento no número de servidores da Universidade Federal do Tocantins o que se explica devido ao fato da expansão da instituição. Essa expansão pode ser evidenciada por meio da ampliação dos seus cursos de graduação e de pós-graduação.

Tabela 3.20 – Metas e resultados da ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	781	997	127,65%
Financeira	6.950.940,00	8.651.062,99	124,46%

3.1.4.3.5. Ação 10ZM – Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína

3.1.4.3.5.1. Dados gerais

Quadro 3.19 – Dado gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Araguaína, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de obras civis
Unidades executoras	Diretoria de obras civis
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de obras civis
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.5.2. Resultados

Em 2006 a UFT criou 4 novos cursos de graduação e 3 de pós-graduação strictu-sensu. Em 2007, 14 novos cursos de graduação, 3 de pós-graduação. Desses, 1 doutorado em produção animal no Campus de Araguaína. Nesse sentido percebe-se que a partir de 2006, a instituição deu início com o apoio do Governo Federal à expansão fase 1. A proposta era fortalecer os campi que apresentaram programas de pós-graduação stricto-sensu e novos cursos de graduação. Essa expansão se deu por meio de investimentos diretos e indiretos – contratação de servidores, por meio de concursos públicos.

O campus de Araguaína oferece atualmente 6 cursos de graduação e dois de pós-graduação stricto-sensu. Oferece 4 cursos de licenciatura e dois cursos na área de ciências agrárias. O Campus vem apresentando resultados significativos na produção científica, na atuação junto à sociedade, por meio de projetos de extensão, a exemplo do projeto do Campus para o Campo. A execução orçamentária nessa ação foi exitosa, os recursos alocados tiveram como finalidade fortalecer os laboratórios de ensino, modernização das instalações elétricas, físicas e climatização. O quadro abaixo evidencia a execução orçamentária da ação em epígrafe, permitindo a clara observação do sucesso da realização da mesma.

Tabela 3.21 – Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	700	650	92,86%
Financeira	1.000.000,00	999.577,40	99,96%

3.1.4.3.6. Ação 10ZN – Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi

3.1.4.3.6.1. Dados gerais

Quadro 3.20 – Dados gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Gurupi, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de obras civis
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Unidades executoras	Diretoria de obras civis
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de obras civis
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.6.2. Resultados

No campus de Gurupi, foram implantados, desde 2006 - 3 cursos de graduação e um de pós-graduação stricto –sensu. Dada a localização geográfica e a vocação da região, o campus oferece cursos na área de ciências agrárias. Para fortalecer essa área do conhecimento, foram disponibilizados R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os mesmos foram aplicados na construção de um Bloco, com cinco salas de aulas, e reforma em banheiros para atender demanda do campus.

O quadro abaixo evidencia a execução orçamentária da referida ação.

Tabela 3.22 – Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	470	500	106,38%
Financeira	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00%

3.1.4.3.7. Ação 10ZO – Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas

3.1.4.3.7.1. Dados gerais

Quadro 3.21 – Dados gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Palmas, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de obras civis
Unidades executoras	Diretoria de obras civis
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de obras civis
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.7.2. Resultados

O Campus de Palmas oferece 11 cursos de graduação. Serão implantados mais 6, por meio do Reuni, além de 3 programas de pós-graduação stricto-sensu em diversas áreas do conhecimento. O Campus tem um significativo quadro de professores doutores e em dedicação exclusiva, que vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento da pesquisa no estado do Tocantins.

A ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas - teve sua execução orçamentária positiva no exercício de 2008, pois através dos recursos advindos desta ação, foram viabilizadas aquisições de equipamentos tais como, microcomputadores, condicionadores de ar e mobiliários diversos para o campus. Considerando os R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) destinados para o Campus de Palmas, é importante elencar os principais investimentos, dentre eles, o início da construção da biblioteca central de Palmas. Para isso, foram empenhados R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Para a aquisição de computadores foram investidos R\$ 162.368,00 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e oito reais), cerca de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) foram utilizados para a conclusão do Bloco de Apoio Logístico e Acadêmico e R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos reais) na aquisição de mobiliários.

O quadro abaixo evidencia a execução orçamentária desta ação.

Tabela 3.23– Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	1100	1000	90,91%
Financeira	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00%

3.1.4.3.8. Ação 10ZP – Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional

3.1.4.3.8.1. Dados gerais

Quadro 3.22 – Dados gerais da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Viabilizar a implantação e a consolidação do Campus de Porto Nacional, objetivando realizar a Educação Superior no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de obras civis
Unidades executoras	Diretoria de obras civis
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Diretoria de obras civis
Coordenador nacional da ação	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

3.1.4.3.8.2. Resultados

O Campus de Porto Nacional fica localizado a 70 km de Palmas e oferece 4 cursos de graduação e um de pós-graduação stricto-sensu na área de biologia. Apresenta um quadro de professores com elevada produção científica, com pesquisas relevantes no estado do Tocantins. Quanto à execução orçamentária da ação Expansão do Ensino Superior – Campus de Porto Nacional – foram enfrentadas diversas dificuldades, em detrimento da licitação que só ocorreu nos últimos dias do exercício e principalmente pelo fato do sistema – SERPRO – ter ficado indisponível a partir das 19:30 horas do dia 31/12/2009. Do valor previsto, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) foram empenhados com recursos de 2008, apenas R\$ 237.216,83 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos). Esse valor foi empenhado na reforma da biblioteca, aquisição de equipamentos de informática, equipamentos para laboratórios e mobiliários.

É importante ressaltar que para 2008, foi previsto a construção de um bloco para laboratórios no valor de R\$ 762.783,00 (setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e oitenta e três reais). O referido bloco foi licitado, no entanto, não foi possível empenhar em decorrência de problemas técnicos no sistema. Esse problema ocorreu em todas as Ifes e para sanar tal problema, o Ministério da Educação por meio de negociação com o Tesouro Nacional, conseguiu abrir o sistema e liberou a cota orçamentária equivalente. Feito isso, a referida execução orçamentária só ocorreu em 02/01/2009.

O quadro abaixo evidencia a execução orçamentária desta ação.

Tabela 3.24 – Metas e resultados da ação Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional

Meta	Prevista	Realizadas	Realização/Previsão%
Física	500	480	96,00%
Financeira	R\$ 1.000.000,00	237.216,83	23,72%

As tabelas que se seguem traz o demonstrativo da execução orçamentária efetivada bem como o orçamento total liberado à UG onde se pode fazer o confronto com a tabela 4.1 e também complementa o entendimento das tabelas de metas e resultados alcançados de acordo com as demonstrações explicitadas em tabelas anteriores a este demonstrativo. Trata-se do desdobramento entre ao orçamento liberado e sua execução seja orçamentária ou financeira.

Tabela 3.25 – Execução Orçamentária dos recursos recebidos por Ação

Ação	Orçamento Liberado	Execução do Orçamento
Pagamento de aposentadorias e pensões.	258.363	235.593,26
Assistência médica e odontológica	190.452	109.502
Auxílio transporte aos servidores e empregados.	448.595	448.595,00
Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.	1.425.114	1.425.114,00
Capacitação dos servidores da universidade	70.000	70.000
Previdência dos servidores públicos federais	8.836.800	8.651.063
Expansão do ensino superior - campus de Araguaína	1.000.000	999.577
Expansão do ensino superior - campus de Gurupi	1.000.000	1.000.000
Expansão do ensino superior - campus de palmas	2.000.000	2.000.000
Expansão do ensino superior - campus de porto nacional	1.000.000	237.217
Reuni - readequação da infra-estrutura da universidade federal do Tocantins (uft)	862.651	193.322
Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	159.962	155.833
Reforma e modernização de infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior	700.000	591.289
Acervo bibliográfico	500.000	500.000
Funcionamento de cursos de graduação	65.341.020	64.717.667
TOTAL	83.792.957	81.334.772

Tabela 3.26 – Execução Orçamentária dos recursos recebidos por Programa

Programa	Orçamento Liberado	Execução do Orçamento
PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	258.363	235.593
APOIO ADMINISTRATIVO	2.224.123	2.139.045
GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO	70.000	70.000
BRASIL UNIVERSITÁRIO	81.240.471	78.890.134
TOTAL	83.792.957	81.334.772

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Metodologia

Os indicadores foram construídos com base na metodologia adotada pelo Tribunal de Contas da União, conforme segue:

Despesas correntes/aluno tesouro (DCTA) = Despesas correntes/ AGE + APGTI + ARTI)

Despesas correntes = {|Despesas correntes (unidade central) + Despesas correntes (HU) - |Aposentadorias e reformas (conta 319001) + Pensões (conta 319003) + Sentenças judiciais (conta 319091) – 100% das despesas correntes do HU + despesa com pessoal cedido (docente) + despesa com pessoal cedido (técnico-administrativo) + despesa com afastamento país/exterior (docente) + despesa com afastamento país/exterior (técnico-administrativo)|}

AGE = Somatório de todos os cursos {(NDI*DPC) (1 + |fator de retenção|) + ((NI – NDI)/3)*DPC |peso do grupo em que se insere o curso|}

APGTI = Número de alunos tempo integral da pós-graduação.

ARTI = Número de alunos tempo integral de residência.

Aluno tempo integral (ATI) / professor equivalente (ATID) = (AGTI + APGTI + ARTI)/Números de professores equivalentes

AGTI = Somatório de todos os cursos{(NDI*DPC) (1 + |fator de retenção|) + ((NI – NDI)/4)*DPC}

Número de professores equivalentes = {|professores em exercício efetivo (do quadro) + professores substitutos e visitantes | - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício|}

Aluno tempo integral (ATI)/funcionário equivalente – ATIF = (AGTI + APGTI + ARTI)/números de funcionários equivalentes

Número de funcionários equivalentes = {|Servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade + contratados sob a forma de prestação temporária de serviços | - servidores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício|}

Funcionário equivalente/professor equivalente – RFD = Número de funcionários/ Número de professores

Grau de Participação Estudantil – GPE = AGTI/AG

AG = Total de alunos na graduação

Grau de envolvimento com pós-graduação – GEPG = APG/ (AG + APG)

APG = Total de alunos na pós-graduação

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação – CCAPES = Soma dos conceitos de todos os cursos de Pós-Graduação/ Número total de cursos de Pós-Graduação.

Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD = (5D + 3M + 2E + 1 G)/(D + M + E + G)

Taxa de Sucesso na Graduação – TSG = NDI/Número total de alunos ingressantes

4.2. Resultados

Aqui são apresentados os principais indicadores de desempenho operacional estabelecidos pelo MEC.

Tabela 4.27 - Indicadores de Desempenho

Componente	Valor
Custo corrente /aluno equivalente	7.649,73
Aluno tempo integral / professor equivalente	9,88
Aluno tempo integral / funcionário equivalente	7, 31
Funcionário equivalente / professor equivalente	1,35
Grau de Participação Estudantil	0,67
Grau de envolvimento com a Pós-Graduação	0,0196
Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	3
Índice de Qualificação do Corpo Docente	3,43
Taxa de Sucesso na Graduação	0,70

Indicadores de desempenho calculados de acordo com orientações da Decisão TCU n° 408/2002 – Plenário e acórdãos n° 1043/2006 e n° 2167/2006 – Plenário TCU versão Janeiro/2009

1 – A Universidade Federal do Tocantins não tem Hospital Universitário

Os indicadores de gestão da UFT servem para balizar o planejamento institucional de modo a permitir aos gestores da Instituição discutirem e refletirem sobre os custos operacionais, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão. Verifica-se no indicador custo corrente/aluno equivalente (7.649,73) um aumento entre os anos de 2007 e 2008, apesar de ainda ser considerado baixo. O processo de implantação do curso de medicina e melhorias no curso de medicina veterinária,

assim como, a ampliação da infra-estrutura para os cursos novos do REUNI podem justificar o aumento desse indicador.

Isto deve-se a metodologia empregada pelo MEC (Ministério da Educação), onde os cursos como Medicina Veterinária, Zootecnia e Medicina tem peso 4,5. A Universidade Federal do Tocantins oferece todos esses cursos, além de outros cujo peso varia entre 1 e 2.

Outro indicador que merece ser destacado é o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), que na UFT supera 3, significando que a participação de mestres e doutores na Instituição é muito significativa, uma vez que o peso 3 é atribuído para docentes mestres. Verificou-se um aumento nesse indicador de 3,17 para 3,43, o que demonstra um aumento do número de doutores na instituição, principalmente decorrente dos programas de qualificação institucional.

A taxa de sucesso na graduação é outro importante indicador, sendo que a UFT alcançou em 2008, 0,70, demonstrando que, em média, boa parte dos alunos que ingressaram em seus cursos concluíram os mesmos no período regulamentar. É importante destacar também que esse índice reflete também o efeito dos Programas de Monitoria e de Bolsa Permanência em funcionamento na Instituição. Verifica-se também, um aumento de mais de 10% na taxa de sucesso entre os anos de 2007 e 2008, o que indica uma menor evasão da instituição.

A construção de indicadores e o seu acompanhamento são de extrema importância para qualquer Instituição que presa pelo processo de planejamento. Atualmente, a Universidade está terminando de consolidar os dados dos últimos três anos, para poder avaliar com maior precisão a evolução de seu desempenho.

4.3. Evolução dos gastos gerais

Tabela 4.28 – Evolução dos gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	217.844	233.984	512.615
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTOS DE DESPESAS EM VIAGENS	261.025	169.191	229.831
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	4.304.822	5.955.616	7.835.853
3.1. Publicidade	200,00	0,00	0,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	3.431.194	4.348.141	6.023.471
3.3. Tecnologia da informação	0,00	0,00	0,00
3.4. Outras terceirizações	861.133	1.600.573	1.811.805
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	12.295	6.902	1.293
TOTAIS	4.795.986	6.365.693	8.579.592

5. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

6. Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 6.29– Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

Ano De Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	3.871.061	0,00	3.871.061	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	13.266.278	0,00	12.661.596	604.682	4.226.934	28.257	4.198.676	0,00
2008	995.926	0,00	995.926	0,00	12.946.723	20.621	10.633.370	2.292.732
Total	18.133.265	0,00	17.528.583	604.682	17.173.657	48.878	14.832.046	2.292.732

7. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tabela 7.30 – Demonstrativo de descentralizações recebidas no exercício de 2008

Descrição	Tipo	Código SIAFI/ SIASG	Programa/ação	Objeto da avença	Data de Publicação no Dou	Valor Pactuado	Valor Total Recebido
Semana Nacional de Tecnologia	DC	NA	Apoio a projetos e eventos de divulgação e educação científica	Realizar atividades Durante a Semana Nacional de Científica	NA	53.650,00	53.650,00
Programa conexões dos saberes	DC	NA	Educação para diversidade e cidadania / Desenvolvimento de projetos educacionais inovadores para comunidades de baixa renda.	Apoiar a origem popular e atividades acadêmicas.	NA	210.000,00	210.000,00
Programa PICDT	DC	NA	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa/ Concessão e manutenção de bolsas de estudos no país.	Apoio com bolsa do doutorado – capes.	NA	584.538,00	584.538,00
Programa PROMISAES	DC	NA	Universidade do século XXI / Concessão de benefício a estudantes estrangeiros em graduação no Brasil.	Apoio a estudantes estrangeiros.	NA	83.470,00	83.470,00
Programa demanda social	DC	NA	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa/ Concessão e manutenção de bolsas de estudos no país.	Apoio com bolsa do mestrado – capes.	NA	211.420,00	211.420,00
Programa PROAP	DC	NA	Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa/ Concessão e manutenção de bolsas de estudos no país.	Apoio logístico ao programa de mestrado.	NA	94.416,00	94.416,00
Projeto Est. e Desembarque Pesqueiro	DC	NA	Monitoramento Da Atividade Aquícola E – Nacional	Apoio ao projeto de estatística e desembarque pesqueiro no Tocantins.	15/12	404.967,26	404.967,26
Curso de Especialização p/ Segurança Pública	GRU	NA	Curso de Especialização p/ Segurança Pública	Apoio a Especialização em Segurança pública	NA	200.000,00	200.000,00
UNIAFRO	DC	NA	Apoio ao desenvolvimento da educação básica – Nacional	Apoio ao projeto UNIAFRO	NA	100.000,00	100.000,00
Capacitação de gestores	DC	NA	Universidade do século XXI / Complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior.	Capacitação de gestores docentes e discentes para a cooperação internacional.	NA	400.000,00	400.000,00

UaB	DC	NA	Universidade do século XXI / Universidade aberta e a distância.	Implantação curso de biologia à distância.	NA	220.878,98	220.878,98
Reuni - implantação e expansão	DC	NA	Universidade do século XXI / Complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior.	Reestruturação e expansão da UFT.	NA	862.651,00	862.651,00
Mídia em educação	DC	NA	Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação / Capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologias na educação pública – PROINFO.	Apoio a atividades da educação à distância.	NA	32.203,40	32.203,40
Edital nº 8/2008	DC	NA	Universidade do século XXI / complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior.	Pagamento de despesas com fornecimento de energia elétrica e aquisição de ares- condicionados	NA	413.769,36	413.769,36
Assistência Estudantil	DC	NA	Assistência ao estudante do ensino de graduação	Proporcionar Assistência ao estudante do ensino de graduação	NA	1.004.037,70	1.004.031,70
Projeto do Núcleo dif. de Gênero – NEDIG	DC	NA	Apoio a criação e ao fortalecimento de organismos de promoção e defesa dos direitos da mulher	Apoiar a criação e ao fortalecimento de organismos de promoção e defesa dos direitos da mulher	NA	35.704,00	35.704,00
Pro licenciatura fase II	DC	NA	Capacitação e formação inicial e continuada, a distancia, de professores e profissionais para a educação publica	Apoiar a Capacitação e formação inicial e continuada, a distancia, de professores e profissionais para a educação publica	NA	7.680,00	7.680,00
Construção do 6 bloco Educ.Basica	DC	NA	Universidade do século XXI / complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior.	Complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior.	NA	2.712.771,93	2.712.771,93
Programa de Educação Tutorial - PET	DC	NA	Educação Tutorial	Apoio a Educação Tutorial.	NA	76.656,00	76.656,00
Implantação de Incubadora	DC	NA	Apoio a Pesquisa de resíduos e Contaminantes	Apoiar a Pesquisa de resíduos e Contaminantes	NA	999.793,48	999.793,48
Total						8.708.601,75	8.708.601,75

8. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

12. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

13. Despesas com cartão de crédito

Tabela 13.31 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor
2006	22	7.157,47	38	5.154,00
2007	17	4.622,08	21	2.286,00
2008	24	7.222,11	3	825,00

(1) A quantidade refere-se a cada ocorrência da fatura (item de gasto)

Tabela 13.32 – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: 9.650,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030 e 339039	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
José Expedito Cavalcante Silva	1.000,00
Eliseu Riscarolli	2.750,00
Tatitane de Sousa Soares Borges	3.000,00
Doriete Macedo Santos	1.500,00
Luciano Lima Gomes da Costa	400,00
Rogério Pereira Marinho	1.000,00

14. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

15. Determinações e recomendações do TCU

Quadro 15.23 – Determinações e recomendações do TCU - Acórdão 3135/2007 – TCU 2ª CÂMARA

Número da Decisão ou do Acórdão	Acórdão 3135/2007 – TCU 2ª CÂMARA
Descrição da determinação ou da recomendação	16.1. à Fundação Universidade Federal do Tocantins que comunique a este Tribunal o resultado da ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho, relacionada à contratação de professores pela entidade sem prévio concurso público.
Setor responsável pela implementação	Procuradoria Jurídica da UFT.
Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)	Em atendimento ao processo nº. 2009.43.00.000596-5. Autor: Ministério Público do Trabalho Ré: Fundação Universidade Federal do Tocantins. Foi enviado à Procuradoria Federal memorando nº. 24/2008 – PG/UFT/PGF, em resposta ao MEMO nº. 137/2009 SEPRO/PF-TO/PGF/AGU, relatando que a comprovação documental do que foi relatado pelo Diretor de Recursos Humanos da Universidade Federal do Tocantins demandaria pesquisa completa à base de dados daquela Diretoria, o que não foi possível em razão do exíguo prazo para resposta.

Quadro 15.24 - Determinações e recomendações do TCU - Acórdão 1928/2008 – TCU – 1ª. CÂMARA

Número da Decisão ou do Acórdão	Acórdão 1928/2008 – TCU – 1ª. CÂMARA
Descrição da determinação ou da recomendação	1.1. faça a atualização monetária do valor remanescente para o cálculo das parcelas relativa a cada responsável pro mês; 1.2. a cada pagamento, seja encaminhado à SECEX-TO as informações sobre valor e data do mesmo, e, 1.3. comprove a averbação do valor no Código de Recolhimento nº. 13901-7, código referente ao programa das multas do TCU na Conta Única do Tesouro, mensalmente à SECEX-TO que fará o acompanhamento deste recolhimento.
Setor responsável pela implementação	Pró-Reitoria de Administração e Finanças
Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)	Conforme processo 23101.001752/2008-11 e processo 23101.001753/2008-65, informamos que os valores estão sendo pagos mensalmente, através de débito em folha, código de pagamento da GRU 13901-7.

16. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Tabela 16.33 - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	359	347
Desligamento	229	223
Aposentadoria	01	0
Pensão	03	0

É importante destacar que do total de admissão, foram realizadas 78 contratações de professores substitutos. Quanto aos desligamentos, para essa mesma categoria, ocorreram 181 rescisões.

Existem 12 (doze) cadastros de admissões e 06 (seis) exonerações pendentes no SISAC. As mesmas serão regularizadas até o final do mês.

17. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período.

18. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Tabela 18.34 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos - Servidores ativos e contratados

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	772	35.595.797	789	40.218.491	997	52.775.281
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Próprio	772	35.595.797	789	40.218.491	997	52.775.281

Obs.: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício

Tabela 18.35 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Ocupantes de funções de confiança

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	03	124.836	03	104.695	01	70.005

Tabela 18.36 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Contratações temporárias

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	167	1.596.298	186	1.531.411	107	1.273.373

Tabela 18.37 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal terceirizado e estagiários

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	219	3.431.194,45	295	4.348.142	289	6.023.471
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo					25	329.084
Pessoal Terceirizado Outras Atividades (Serviços de Apoio ao Ensino)	74	861.133,05	95	1.600.573	99	1.811.805
Estagiários	34	366.639,49	198	311.278	357	672.074
Total Pessoal Terc + Estag	327	4.658.966	588	6.259.993	770	8.836.434

Tabela 18.38 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal requisitado

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	02	36.704	02	40.927	02	44.954
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	02	36.704	02	40.927	02	44.954

Tabela 18.39 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal cedido pela unidade

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	06	130.642	07	264.185	08	332.956
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal cedido pela Unidade	06	130.642	07	264.185	08	332.956

Tabela 18.40 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos – Pessoal envolvido em ações finalísticas

Descrição	2008	
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade (Professores)	538	*
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade (Técnicos)	459	*
Total Geral	997	

*A Diretoria de Desenvolvimento Humano não dispõe de controle para apuração dos valores gastos com técnicos e professores. Portanto, torna-se inviável a demonstração dos valores solicitados acima.

19. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Tabela 19.41 - Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei 8.958/94

Objeto	Vigência	Receitas Previstas
Prestação de serviços:realização de 4 campanhas de monitoramento Limnológico no município de Aparecida do Rio Negro.	08/02/2008 a 08/02/2009	R\$ 39.421,20
Prestação de serviços:realização de 3 campanhas quadrimestrais de monitoramento Limnológico m Ponte de Pedro Afonso/Tuperama, localizado nos municípios de Pedro Afonso e Tupirama -TO.	20/02/2008 a 20/02/2009	R\$ 16.359,00
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Geografia - desenvolver capacidade de análise das questões regional e urbana,considerando o processo de produção espacial em decorrência da ocupação crescente da fronteira agrícola do Brasil - Estado do Tocantins.	março 2008 a novembro de 2009	R\$ 56.250,00
Curso de Especialização em Gestão Empresarial - qualificar recém-formados e até mesmo profissionais que estão atuando no mercado com proposito de contribuir para uma formação social, econômica e gerencial da gestão empresarial	JUNHO/2008 a AGOSTO de 2009	R\$ 146.250,00
O contrato tem por objeto a prestação de serviços de Registro de diplomas, relativos a alunos formados nos cursos ministrados pelo Instituto Superior de Educação Presbiteriano Vale do Tocantins – IESP.	12-03-2008 a 12/03/2009	55,00 por cada diploma
O contrato tem por objeto a prestação de serviços de Registro de diplomas, relativos a alunos formados nos cursos ministrados pela Fundação de Ensino Superior de Colinas - FIESC, mantida pela Contratante.	14/05/2008 a 31/12/2008	55,00 por cada diploma
Contrato de prestação de serviços -execução de avaliação de milho, em quatro ambientes distintos, no estado do Tocantins, seguido de relatório.	13/03/08 a agosto de 2008	R\$ 1.200,00
Doação destinada a apoiar o projeto descrito na proposta apresenta em anexo, sendo parte integrante deste instrumento, sob a denominação de Elaboração de material educativo sobre conduta consciente do turista na região do Jalapão	20/03/2008 a 31/08/2008	R\$ 6.020,40
Realização do XVI Congresso Brasileiro de Ornitologia de 29 de junho a 04 de julho na Universidade Federal do Tocantins em Palmas.	25/04/2008 a 04/08/2008	R\$ 5.000,00
Convenio nº 01/2008 – Apoio à realização do XVI Congresso Brasileiro de Ornitologia.	29/06/2008 a 04/07/2008	R\$ 40.000,00

Contrato nº 08/2008 -Apoiar à execução financeira do Curso de Especialização para Segurança Pública a ser realizado pelo Campus de Araguaína.	março de 2008 a março de 2009	R\$ 200.000,00
Convenio nº 03/2008 -repasse financeiro a FAPTO, com finalidade de trazer ao Tocantins os principais especialistas em gripe aviária do país, para discutir com a comunidade em geral e participantes do XVI Congresso Brasileiro de Ornitologia.	27/06/2008 a 31/07/2008	R\$ 8.000,00
Convênio nº 12/2008 - Fomentar a prática do jornalismo-cidadão no programa HBB/BID, no setor Santa Barbara.	14/04/2008 a 31/07/2008	R\$ 16.500,00
Contrato de Prestação de serviços PX-SP-0500-GR0146/08 - Execução do projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado "Validação, difusão e implantação de uma mine-usina para produção de Etanol a partir de batata doce.	13/05/2008 a 13/05/2010	R\$ 227.165,00
Contrato e prestação de serviços de manutenção e Operação do PoP/TO da RNP.2º Termo Aditivo.	03/01/08 a 03/01/2009	R\$ 30.360,00
Coletar espécies exóticas em dez lagoas; Elaboração de relatório, constando: metodologia empregada, relação de espécies encontradas; identificação da espécies.	06/06/08 a 06/08/08	R\$ 28.000,00
Projeto denominado: Ecologia e distribuição do pica-pau-do-parnaíba Celeus obrieni. 0786_20081	20/06/2008 a 20/06/2010	R\$ 45.434,40
Prestação de serviços através da FAPTO, para gerenciar e desenvolver o projeto Conexão de Saberes, com a utilização do conhecimento do corpo docente, discente e de técnicos administrativos da UFT.	25/07/08 a 07/09	R\$ 210.000,00
Gerenciamento e desenvolvimento do curso de Especialização comunicação Sociedade e Meio ambiente.	Dezembro/2009	R\$ 84.000,00
Definir condições gerais de contratação de serviços técnicos especializados . Nº 015/2008.	15/10/2008 a 15/06/2009	R\$ 73.340,00

Tabela 19.42 - Tabela detalhado dos contratos de terceirização de serviços

OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR MENSAL CONT. (R\$)	QUANT. PESSOAL
Vigilância Armada	Jorima Construções e Limpeza	228.419,58	124
Conservação e Limpeza	Joseph Ribamar Madeira	259.309,32	171
Terceirização de mão-de-obra de motorista	Word Service Serviços Técnicos LTDA	61.422,59	26